

O empobrecimento da experiência como forma contemporânea da barbárie: um diálogo entre Nietzsche e Foucault

The impoverishment of experience as a contemporary form of barbarism: a dialogue between Nietzsche and Foucault

Marco Aurélio da Silva

Resumo

Este artigo analisa as contribuições filosóficas de Friedrich Nietzsche e Michel Foucault para a compreensão das formas contemporâneas de barbárie. Parte da hipótese de que ambos desenvolveram diagnósticos críticos da modernidade capazes de revelar mecanismos de sujeição, normalização e controle da subjetividade. A pesquisa caracteriza-se como estudo bibliográfico qualitativo, fundamentado na análise hermenêutica e genealógica de obras centrais dos autores. Inicialmente, examina-se a crítica nietzschiana do niilismo e sua relação com a crise de sentido da cultura ocidental. Em seguida, discutem-se a microfísica do poder, os dispositivos disciplinares e os processos de subjetivação em Foucault. Argumenta-se que a barbárie contemporânea ultrapassa a violência explícita, manifestando-se no empobrecimento da experiência humana e na limitação das possibilidades criativas. Conclui-se que a resistência assume a forma de uma ética da liberdade e da criação.

Palavras-chave: Nietzsche; Foucault; barbárie contemporânea; genealogia; subjetivação.

Abstract

This article critically examines the philosophical contributions of Friedrich Nietzsche and Michel Foucault to understanding contemporary forms of barbarism. It is based on the hypothesis that both thinkers developed radical critiques of modernity capable of revealing historical processes of subjection, normalization, and the capture of subjectivity. Methodologically, the study is a qualitative bibliographic investigation grounded in hermeneutic and genealogical analysis of key works by both authors. First, it explores Nietzsche's critique of nihilism and its relation to the crisis of meaning in Western culture. It then discusses Foucault's concepts of microphysics of power, disciplinary dispositifs, and processes of subjectivation. The article argues that contemporary barbarism extends beyond explicit violence, appearing in the impoverishment of human experience and the restriction of creative possibilities. It concludes that resistance takes the form of an ethics of freedom and self-creation.

Keywords: Nietzsche; Foucault; contemporary barbarism; genealogy; subjectivation.

Introdução

A contemporaneidade é marcada por profundas transformações sociais, tecnológicas, econômicas e culturais. Ao mesmo tempo em que amplia possibilidades de comunicação, conhecimento e participação política, produz novas formas de desigualdade, vigilância, controle e violência. Guerras, intolerâncias, crises ambientais, manipulação informacional e processos de desumanização revelam que o progresso técnico não significou necessariamente progresso moral. Nesse cenário, torna-se necessário revisitar autores que problematizaram criticamente os fundamentos da modernidade e suas formas de dominação. Entre eles, destacam-se Friedrich Nietzsche e Michel Foucault, cujas reflexões oferecem instrumentos teóricos para compreender as barbáries contemporâneas e os mecanismos históricos que as sustentam (Nietzsche, 2020; Foucault, 2014).

O conceito de barbárie empregado neste estudo não se refere à ausência de civilização nem à mera manifestação de violência exterior à ordem social. Pois, a barbárie contemporânea não se caracteriza prioritariamente pela destruição da vida, mas pela administração de suas possibilidades de experiência. Em perspectiva genealógica, a barbárie designa processos históricos de desvalorização da vida, normalização das diferenças, sujeição dos indivíduos e administração dos

corpos que se realizam precisamente no interior das sociedades modernas. Nessa interpretação, a barbárie não constitui o oposto da civilização, mas uma possibilidade imanente às racionalidades políticas, morais e epistemológicas que organizam a modernidade ocidental. As formas contemporâneas de exclusão, vigilância e controle revelam que a violência pode ser produzida não apenas pela suspensão da ordem, mas também pelo funcionamento regular de instituições, saberes e dispositivos socialmente legitimados (Nietzsche, 2020; Foucault, 2008).

Embora a relação entre Nietzsche e Foucault seja amplamente reconhecida na literatura filosófica, grande parte dos estudos concentrou-se na influência da genealogia nietzschiana sobre a arqueogenealogia foucaultiana, bem como nas questões relativas à crítica da verdade e do sujeito. Menor atenção tem sido dedicada à potência analítica dessa interlocução para interpretar as formas contemporâneas de barbárie associadas aos processos de subjetivação, normalização e gestão da vida. Desse modo, este artigo busca contribuir para esse debate ao examinar como a articulação entre os dois autores possibilita compreender fenômenos contemporâneos que desafiam as categorias tradicionais da filosofia política e da teoria social (Deleuze, 2018; Veyne, 2014).

A aproximação entre Nietzsche e Foucault não implica a eliminação das diferenças que atravessam seus projetos filosóficos. Tampouco pretende reduzir a originalidade de cada autor a uma matriz teórica comum. Trata-se de reconhecer uma afinidade crítica fundada na recusa dos universalismos metafísicos, na historicização dos regimes de verdade e na investigação das condições históricas que produzem sujeitos, valores e formas de vida. Em ambos os casos, a filosofia assume a tarefa de interrogar aquilo que se apresenta como natural, necessário ou universal, revelando os processos históricos e as relações de força que sustentam as formas dominantes de racionalidade (Foucault, 2014; Nietzsche, 2020).

O objetivo deste artigo é analisar criticamente as contribuições filosóficas de Nietzsche e Foucault para a compreensão das formas contemporâneas de poder, subjetivação e barbárie. Busca-se demonstrar que ambos os pensadores desenvolveram diagnósticos radicais da cultura ocidental, identificando processos históricos que produzem sujeição, normalização e empobrecimento da vida humana. Sustenta-se, como hipótese central, que a convergência entre a genealogia nietzschiana dos valores e a analítica foucaultiana das relações de poder permite compreender a barbárie contemporânea não como um resíduo pré-moderno ou uma anomalia histórica, mas como um efeito imanente dos próprios dispositivos morais, políticos e epistemológicos que estruturam a modernidade ocidental (Nietzsche, 2020; Foucault, 2014).

O problema que orienta a investigação pode ser formulado nos seguintes termos: de que modo as críticas de Nietzsche e Foucault às estruturas morais, políticas e epistemológicas da modernidade permitem compreender as formas contemporâneas de violência, controle social e produção da subjetividade? Tal questão emerge da constatação de que muitos fenômenos atuais não podem ser adequadamente explicados apenas pelas categorias clássicas da soberania, da legitimidade política ou do contrato social. Torna-se necessário mobilizar instrumentos analíticos capazes de revelar os mecanismos invisíveis que organizam as relações de poder, produzem regimes de verdade e constituem modos específicos de existência (Foucault, 2010; Nietzsche, 2017).

A relevância desta pesquisa reside tanto em sua contribuição filosófica quanto em sua pertinência para a compreensão dos desafios contemporâneos. Em uma época marcada pela intensificação dos mecanismos de vigilância, pela expansão das tecnologias de controle, pela mercantilização da vida e pela fragilização dos espaços democráticos, as reflexões de Nietzsche e Foucault permanecem decisivas para compreender os processos pelos quais indivíduos e coletividades são governados. Ao problematizarem as formas de sujeição presentes nas estruturas morais, políticas e epistemológicas do Ocidente, ambos os autores oferecem instrumentos teóricos capazes de iluminar os impasses da contemporaneidade e de pensar possibilidades de resistência e de novas formas de vida (Nietzsche, 2018; Foucault, 2008).

Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliográfico de natureza qualitativa, fundamentado na análise hermenêutica e genealógica das obras de Nietzsche e Foucault. A investigação privilegia textos centrais dos autores, articulando-os com contribuições de comentadores contemporâneos, a fim de identificar aproximações conceituais, divergências teóricas e potencialidades interpretativas para a análise dos fenômenos contemporâneos. O procedimento adotado não busca estabelecer uma relação de filiação entre os autores, mas construir um campo de interlocução filosófica capaz de evidenciar a atualidade crítica de suas reflexões diante das formas contemporâneas de barbárie (Deleuze, 2018; Machado, 2017).

Além desta introdução, o artigo está organizado em cinco seções. Na primeira, examina-se a crítica nietzschiana da modernidade, do niilismo e da decadência dos valores. Na segunda, analisa-se a concepção foucaultiana das relações de poder, dos dispositivos disciplinares e da biopolítica. Na terceira, discute-se a genealogia como método crítico compartilhado pelos dois autores e suas implicações para a desconstrução dos universais modernos. Na quarta, investigam-se os processos de subjetivação e governo dos indivíduos na contemporaneidade. Na quinta, desenvolve-se uma reflexão acerca das possibilidades de resistência, criação e liberdade a partir da interlocução entre Nietzsche e Foucault. Por fim, a conclusão retoma os principais argumentos desenvolvidos e aponta

as contribuições da perspectiva genealógica para a compreensão crítica das barbáries contemporâneas.

A barbárie como niilismo: a crise do sentido na modernidade

A crítica da modernidade ocupa posição central no pensamento de Friedrich Nietzsche. Contudo, sua análise não se dirige prioritariamente às instituições políticas, às formas econômicas ou às transformações tecnológicas que caracterizam o mundo moderno. Seu diagnóstico alcança uma dimensão mais profunda. Nietzsche procura compreender os processos históricos que conduziram à crise dos fundamentos de sentido da civilização ocidental. O problema fundamental da modernidade não consiste apenas em suas contradições sociais ou políticas. Consiste na dissolução dos horizontes de significado que durante séculos organizaram a experiência humana. A questão decisiva torna-se, então, compreender como uma cultura que proclamou a emancipação da razão acabou produzindo novas formas de vazio existencial, conformismo e empobrecimento da vida. Em outras palavras, o problema central da modernidade reside na transformação da própria experiência do sentido. É nesse contexto que emerge o conceito de niilismo, talvez o mais importante diagnóstico filosófico elaborado por Nietzsche sobre o destino do Ocidente (Nietzsche, 2017).

O conceito de niilismo não deve ser confundido com simples pessimismo, desespero ou descrença individual. Em Nietzsche, o niilismo designa um processo histórico muito mais amplo e profundo. Ele ocorre quando os valores supremos que orientavam uma civilização perdem sua capacidade de conferir sentido à existência. Trata-se da experiência histórica na qual as referências tradicionais deixam de exercer sua função organizadora, sem que novos valores tenham sido criados para ocupar seu lugar. O niilismo representa, assim, a condição de uma cultura que continua vivendo sob categorias esvaziadas de significado. Sua gravidade não reside apenas na perda das antigas certezas, mas na incapacidade de produzir novos horizontes de sentido capazes de orientar a vida. O niilismo não destrói apenas crenças. Ele atinge a própria capacidade humana de atribuir significado ao mundo (Nietzsche, 2020).

A célebre afirmação da "morte de Deus" deve ser compreendida nesse horizonte filosófico. Frequentemente interpretada de forma superficial como declaração de ateísmo, ela possui um significado muito mais radical. Deus simboliza o conjunto de fundamentos transcendentais que sustentaram a cultura ocidental: a verdade absoluta, a moral universal, a finalidade da história e a crença em uma ordem objetiva do mundo. A morte de Deus significa o colapso dessas referências. O problema, entretanto, não consiste simplesmente em sua destruição. O verdadeiro drama da

modernidade reside no fato de que os indivíduos continuam organizando suas vidas a partir de categorias herdadas de um mundo cujos fundamentos já não possuem legitimidade. A cultura moderna permanece habitada por valores que perdeu a capacidade de justificar. Surge, assim, uma experiência histórica marcada pela tensão entre a ruína dos antigos fundamentos e a ausência de novos critérios de orientação existencial (Nietzsche, 2017).

É precisamente nesse contexto que Nietzsche identifica a origem das formas modernas de barbárie. A barbárie não representa o retorno a um estágio pré-civilizatório nem a simples ausência de cultura. Ela emerge no interior da própria civilização moderna. Sua origem encontra-se na incapacidade de responder criativamente à crise do sentido. Quando uma cultura perde seus fundamentos sem produzir novos valores, abre-se espaço para processos de massificação, conformismo e submissão. A ausência de sentido não produz necessariamente liberdade. Frequentemente produz novas formas de dependência. Os indivíduos tornam-se mais vulneráveis à autoridade, ao dogmatismo e às promessas de segurança oferecidas por sistemas políticos, religiosos ou ideológicos. A barbárie moderna nasce quando o vazio deixado pela crise dos valores é preenchido por formas empobrecidas de existência (Nietzsche, 2020).

A genealogia nietzschiana demonstra que essa crise possui raízes históricas profundas. A cultura ocidental foi progressivamente estruturada por uma tradição moral que privilegiou a negação da vida em favor de valores transcendentes. A moral cristã, a metafísica platônica e determinadas formas de racionalismo moderno compartilham, segundo Nietzsche, uma mesma lógica fundamental: a subordinação da existência concreta a princípios considerados superiores. O mundo sensível foi desvalorizado em nome de uma realidade ideal. Os impulsos vitais foram submetidos a códigos morais rígidos. A diferença foi interpretada como ameaça. A singularidade foi frequentemente sacrificada em favor da uniformidade. Esse movimento produziu uma cultura orientada menos pela afirmação da vida do que por sua regulação permanente (Nietzsche, 2017).

Nesse contexto, o conceito de ressentimento assume importância decisiva. O ressentimento designa uma forma de relação com o mundo fundada na incapacidade de afirmar a própria potência. Em vez de criar valores, o sujeito ressentido limita-se a reagir contra aquilo que percebe como ameaça. Sua identidade constrói-se pela negação. Sua moral organiza-se a partir da condenação da diferença. Sua relação com a vida é marcada pela suspeita e pelo medo. Nietzsche identifica no ressentimento uma das principais matrizes psicológicas da cultura ocidental. Ele não produz apenas indivíduos ressentidos. Produz instituições, moralidades e formas de pensamento que transformam a fraqueza em virtude e a submissão em ideal moral. A barbárie moderna encontra nesse processo uma de suas condições mais profundas de possibilidade (Nietzsche, 2018).

O ressentimento adquire relevância ainda maior quando articulado ao conceito de ideal ascético. O ascetismo não se limita às práticas religiosas de renúncia. Ele constitui uma tecnologia cultural de governo da vida. Sua função consiste em dirigir a força vital contra ela mesma. Desejos tornam-se culpa. Impulsos transformam-se em objeto de vigilância. A potência converte-se em autocontrole permanente. A interioridade moderna nasce precisamente desse processo de interiorização da força. O sujeito aprende a administrar a si mesmo segundo critérios que frequentemente não escolheu. Aprende a desconfiar de seus afetos. Aprende a medir continuamente sua conduta. A barbárie deixa então de depender apenas de mecanismos externos de dominação. Ela passa a operar no interior da própria subjetividade (Nietzsche, 2017).

A originalidade do diagnóstico nietzschiano reside em demonstrar que a crise moderna não resulta da ausência de racionalidade, mas de determinadas formas históricas de racionalização. A razão moderna frequentemente apresenta-se como instrumento de emancipação. Contudo, quando convertida em princípio absoluto, pode tornar-se mecanismo de empobrecimento da experiência humana. A busca incessante por ordem, previsibilidade e controle tende a reduzir a complexidade da existência. A pluralidade dos modos de vida é substituída por critérios homogêneos de normalidade. A diferença passa a ser administrada. A singularidade torna-se objeto de classificação. A racionalidade deixa de servir à vida e passa a exigir que a vida se adapte às suas categorias. A barbárie manifesta-se, então, não como ausência de civilização, mas como excesso de racionalização aplicado à experiência humana (Nietzsche, 2020).

Essa análise permite compreender por que Nietzsche considera o niilismo o destino fundamental da modernidade. O niilismo não representa um acontecimento passageiro. Constitui uma condição histórica. Ele expressa a dificuldade de uma civilização em criar sentidos após a dissolução de seus fundamentos tradicionais. Sua gravidade não reside apenas no desaparecimento dos antigos valores, mas na persistência de estruturas culturais incapazes de produzir novas formas de afirmação da vida. O resultado é uma sociedade marcada pela expansão da conformidade, pela fragilização da experiência e pela crescente incapacidade de criar horizontes coletivos de significado. A barbárie surge quando a vida deixa de ser experimentada como criação e passa a ser reduzida à adaptação.

Entretanto, a filosofia de Nietzsche não se encerra nesse diagnóstico. Sua crítica do niilismo possui caráter profundamente afirmativo. A destruição dos antigos fundamentos não deve ser compreendida apenas como perda. Ela representa também a abertura de novas possibilidades históricas. A crise do sentido pode tornar-se ocasião para a criação de novos valores. A ausência de fundamentos absolutos pode libertar a existência das estruturas que durante séculos limitaram sua potência criadora. O problema decisivo não consiste em restaurar antigas certezas, mas em assumir

a responsabilidade pela produção de novos sentidos. Surge, assim, a exigência da transvaloração dos valores. A superação da barbárie não depende do retorno a fundamentos transcendentes. Depende da capacidade de transformar a própria vida em fonte de criação, experimentação e afirmação (Nietzsche, 2020).

A partir desse ponto, a investigação desloca-se da crise dos fundamentos para os mecanismos concretos que organizam a vida social moderna. Se Nietzsche demonstrou como a barbárie emerge do niilismo e da dissolução dos horizontes de sentido, Foucault procurará compreender como as relações de poder produzem sujeitos adaptados a determinadas formas de ordem social. O problema deixa de ser apenas a perda do sentido e passa a ser a fabricação cotidiana da normalidade. A questão central torna-se investigar como os indivíduos são governados, classificados e disciplinados por dispositivos que operam no interior das instituições modernas. É nesse contexto que a análise da microfísica do poder adquire relevância decisiva para compreender as formas contemporâneas de barbárie.

Foucault e a microfísica do poder

A reflexão de Michel Foucault sobre o poder constitui uma das mais importantes rupturas epistemológicas da filosofia contemporânea. Ao contrário das tradições políticas que concebiam o poder como uma propriedade concentrada no Estado, na soberania ou em determinadas instituições centrais, Foucault propõe uma compreensão radicalmente distinta. O conceito de poder deixa de designar uma entidade localizada e passa a referir-se a uma multiplicidade de relações que atravessam todo o corpo social. O poder não é algo que se possui, mas algo que se exerce. Não constitui uma estrutura fixa, mas uma prática permanente que organiza comportamentos, produz saberes e modela formas de existência. Essa mudança de perspectiva desloca o problema filosófico da questão da legitimidade para a investigação dos mecanismos concretos por meio dos quais os indivíduos são governados. O interesse de Foucault não consiste em identificar quem detém o poder, mas em compreender como ele funciona, como circula e quais efeitos produz sobre os sujeitos (Foucault, 2014).

Essa redefinição do poder implica igualmente uma revisão crítica da tradição jurídica e repressiva que dominou grande parte da filosofia política moderna. Segundo Foucault, o erro das teorias clássicas consiste em compreender o poder prioritariamente como proibição, censura ou coerção. Embora essas dimensões existam, elas não esgotam a complexidade do fenômeno. O poder moderno revela sua maior eficácia precisamente quando deixa de atuar exclusivamente por meio da repressão e passa a operar como força produtiva. Ele produz discursos, conhecimentos, identidades,

comportamentos e subjetividades. Produz modos de perceber o mundo e modos de relacionar-se consigo mesmo. A originalidade da análise foucaultiana reside na demonstração de que o poder não age apenas limitando ações possíveis; ele participa ativamente da constituição dos próprios sujeitos que governa. A dominação torna-se mais sofisticada à medida que se apresenta não como imposição externa, mas como parte constitutiva da experiência cotidiana (Foucault, 2014).

Nesse contexto emerge o conceito de microfísica do poder. A expressão designa o conjunto de mecanismos difusos e capilares que operam nos níveis mais cotidianos da vida social. A microfísica do poder desloca a análise das grandes instituições políticas para os espaços ordinários nos quais os indivíduos aprendem a agir, sentir, pensar e comportar-se. O poder não se encontra apenas nos centros decisórios da sociedade. Ele manifesta-se nas relações familiares, nos processos educativos, nos sistemas de avaliação, nas práticas médicas, nos dispositivos de segurança e nas múltiplas formas de regulação da vida cotidiana. Sua eficácia decorre precisamente dessa capilaridade. Quanto mais disseminado e incorporado às práticas sociais, menos perceptível ele se torna. A microfísica do poder revela que os processos de dominação não dependem necessariamente de grandes aparatos repressivos. Eles podem operar através de procedimentos aparentemente banais que organizam silenciosamente a experiência humana (Foucault, 2014).

A noção de dispositivo ocupa posição central nessa arquitetura conceitual. Em Foucault, um dispositivo corresponde a uma rede heterogênea composta por instituições, normas, discursos, práticas, saberes e formas de organização espacial que se articulam em torno de determinados objetivos históricos. O dispositivo não age apenas pela proibição. Sua função consiste em estruturar campos de possibilidade, definir critérios de normalidade e orientar modos específicos de comportamento. Conforme observa Machado (2017), a originalidade do projeto foucaultiano consiste em deslocar a filosofia da busca por fundamentos universais para a investigação histórica das condições de emergência dos discursos, das instituições e das formas de subjetivação.

Escolas, hospitais, prisões, quartéis e fábricas constituem exemplos privilegiados dessa lógica. Mais do que edifícios ou organizações administrativas, eles funcionam como tecnologias de produção da subjetividade. Sua importância filosófica reside na demonstração de que os indivíduos não existem previamente aos mecanismos sociais que os governam. Eles são constituídos no interior desses dispositivos, que produzem formas específicas de percepção, conduta e identidade (Foucault, 1987).

Entre os diversos dispositivos analisados por Foucault, a disciplina ocupa lugar privilegiado. O conceito de disciplina refere-se a uma tecnologia política orientada para a administração minuciosa dos corpos. Diferentemente das formas tradicionais de punição que atuavam por meio do espetáculo

da violência, a disciplina opera através da organização detalhada dos comportamentos. Ela distribui corpos no espaço, regula horários, controla movimentos, estabelece padrões de desempenho e produz sistemas permanentes de avaliação. O objetivo não é simplesmente punir. É fabricar indivíduos úteis, previsíveis e funcionalmente integrados às exigências da ordem social. O corpo converte-se em objeto de observação contínua e intervenção sistemática. Surge uma nova economia do poder baseada não na destruição das capacidades humanas, mas na sua administração racional. A disciplina transforma a obediência em hábito e a conformidade em disposição subjetiva (Foucault, 1987).

O modelo do panoptismo representa a formulação mais sofisticada dessa racionalidade disciplinar. Inspirando-se no projeto arquitetônico concebido por Jeremy Bentham, Foucault identifica no panóptico um princípio geral de funcionamento das sociedades modernas. Seu fundamento consiste na possibilidade permanente de vigilância. Não é necessário que os indivíduos estejam efetivamente sendo observados. Basta que saibam que podem ser observados a qualquer momento. O efeito produzido por esse mecanismo é a internalização da vigilância. O sujeito passa a monitorar a si mesmo de acordo com as normas que lhe são impostas. O controle torna-se mais eficiente porque deixa de depender exclusivamente da presença física da autoridade. O poder penetra na subjetividade e transforma-se em autogoverno. A modernidade inaugura, assim, formas de dominação que operam menos pela força e mais pela produção de sujeitos capazes de reproduzir espontaneamente os padrões desejados (Foucault, 1987).

A análise da disciplina conduz inevitavelmente à questão da subjetividade. Um dos aspectos mais originais da filosofia foucaultiana consiste na rejeição da concepção moderna de sujeito como entidade autônoma, racional e universal. Para Foucault, o sujeito não constitui o ponto de partida da reflexão filosófica, mas um problema histórico a ser investigado. O conceito de subjetivação designa precisamente os processos pelos quais os indivíduos são constituídos como sujeitos em determinadas formações históricas. Não existe uma essência humana anterior às relações sociais. Existem práticas, discursos e dispositivos que produzem formas específicas de identidade e experiência. A subjetividade deve ser compreendida como resultado de processos históricos de constituição e não como fundamento transcendental da ação humana. Essa perspectiva desloca profundamente a maneira de compreender a liberdade, a identidade e a própria condição humana (Foucault, 2014).

Entretanto, a subjetivação não corresponde a um processo passivo de interiorização das normas sociais. Embora os sujeitos sejam produzidos por relações de poder, eles não são reduzidos a simples efeitos dessas relações. A subjetividade constitui também um campo de tensão, conflito e

transformação. Os indivíduos podem problematizar as formas pelas quais são governados, questionar os regimes de verdade que os constituem e desenvolver práticas de resistência. A filosofia foucaultiana afasta-se, assim, de qualquer determinismo sociológico. O sujeito não é soberano, mas tampouco é completamente capturado pelos dispositivos que o produzem. Entre sujeição e liberdade existe um espaço de disputa permanente. É precisamente nesse espaço que emergem as possibilidades de transformação ética e política (Foucault, 2004).

A relação entre poder e saber constitui outro eixo decisivo dessa reflexão. O conceito de saber-poder expressa a impossibilidade de separar completamente a produção do conhecimento das relações históricas de força. Foucault não afirma que toda verdade seja falsa ou que todo conhecimento seja mera manipulação ideológica. Sua análise procura demonstrar que o conhecimento emerge sempre em contextos históricos específicos e participa da organização das relações sociais. Não existem saberes completamente neutros. Toda formação discursiva está associada a práticas institucionais que determinam quais discursos serão legitimados, quais sujeitos poderão falar e quais formas de conhecimento serão reconhecidas como válidas. O saber não apenas descreve a realidade. Ele contribui para produzi-la e organizá-la (Foucault, 2010).

Essa articulação conduz ao conceito de regime de verdade. Cada sociedade estabelece mecanismos específicos para definir aquilo que pode ser considerado verdadeiro. Universidades, sistemas educacionais, instituições científicas, tribunais e meios de comunicação participam ativamente dessa produção. A verdade não aparece como revelação neutra de uma realidade objetiva e imutável. Ela emerge de práticas históricas que organizam a circulação dos discursos e estabelecem critérios de legitimidade. O problema filosófico desloca-se, portanto, da busca por fundamentos universais para a investigação das condições históricas que tornam determinadas verdades possíveis. A crítica passa a dirigir-se não apenas ao conteúdo dos discursos, mas aos processos que os tornam socialmente reconhecidos como verdadeiros (Foucault, 2010).

A partir da década de 1970, Foucault amplia significativamente seu campo de análise por meio do conceito de biopolítica. Enquanto a disciplina concentra-se nos corpos individuais, a biopolítica dirige-se à gestão das populações. O conceito refere-se ao conjunto de estratégias políticas destinadas a administrar fenômenos relacionados à vida biológica, tais como natalidade, mortalidade, saúde pública, sexualidade, circulação populacional e expectativa de vida. A existência biológica torna-se objeto privilegiado da ação governamental. O poder deixa de preocupar-se apenas com a obediência dos indivíduos e passa a administrar as condições gerais de reprodução da vida social. Surge uma nova racionalidade política na qual governar significa gerir processos vitais em escala coletiva (Foucault, 2008).

A compreensão desse movimento exige a introdução de um conceito ainda mais abrangente: a governamentalidade. Trata-se de uma das contribuições mais sofisticadas do pensamento foucaultiano. Governamentalidade designa o conjunto de racionalidades, técnicas e estratégias por meio das quais a conduta dos indivíduos é orientada sem depender exclusivamente da coerção direta. Governar não significa apenas impor leis ou exercer autoridade. Significa organizar o campo das ações possíveis, moldar expectativas, estruturar escolhas e orientar comportamentos. A singularidade dessa racionalidade consiste no fato de que ela opera através da liberdade. Os indivíduos são estimulados a agir livremente, mas dentro de parâmetros previamente definidos. Quanto mais os sujeitos se percebem como autônomos, mais profundamente podem ser integrados aos mecanismos que orientam sua conduta. A governamentalidade moderna não busca apenas disciplinar corpos ou administrar populações. Ela procura produzir sujeitos capazes de governar a si mesmos segundo critérios considerados desejáveis para a ordem social (Foucault, 2008).

Essa dinâmica alcança um novo patamar com a expansão da racionalidade neoliberal. Conforme demonstra Foucault em suas análises sobre o nascimento da biopolítica, o neoliberalismo não deve ser compreendido apenas como teoria econômica. Trata-se de uma forma específica de governamentalidade. O mercado deixa de constituir uma esfera limitada da sociedade e transforma-se em princípio organizador da existência. Os indivíduos passam a ser incentivados a compreender a si mesmos como empreendedores de si, gestores permanentes de seus recursos e responsáveis exclusivos por seus êxitos ou fracassos. A competição converte-se em norma existencial. O desempenho transforma-se em critério de valor. A subjetividade passa a ser continuamente medida segundo parâmetros de produtividade, eficiência e rendimento. Nesse contexto, a liberdade deixa de funcionar como contraponto ao poder e passa a constituir um de seus principais instrumentos. O sujeito torna-se simultaneamente governado e gestor de sua própria sujeição (Foucault, 2008; Dardot; Laval, 2016).

As transformações tecnológicas das últimas décadas aprofundam ainda mais essa lógica. Plataformas digitais, sistemas algorítmicos, bancos de dados e dispositivos inteligentes ampliaram enormemente a capacidade de monitoramento das condutas humanas. Entretanto, a singularidade dessas formas contemporâneas de poder não reside em sua invisibilidade absoluta. Sua eficácia decorre da capacidade de apresentar-se sob a linguagem da liberdade, da participação e da autonomia. Os indivíduos não são apenas observados. São continuamente convidados a participar dos mecanismos que os classificam, monitoram e orientam. Produzem dados, compartilham informações e contribuem ativamente para a construção dos sistemas que regulam suas próprias condutas. A adesão voluntária converte-se em um dos principais recursos das tecnologias

contemporâneas de governo. O poder torna-se mais eficaz justamente porque passa a operar através da participação ativa dos sujeitos (Han, 2018; Foucault, 2008).

É nesse horizonte que emerge a hipótese central desta seção. A principal contribuição de Foucault para a compreensão da barbárie contemporânea consiste em demonstrar que os processos de dominação não atuam apenas sobre os indivíduos, mas participam diretamente de sua constituição. O sujeito moderno não é simplesmente vítima do poder. Ele é também um de seus efeitos históricos. Sob essa perspectiva, a barbárie não deve ser compreendida como explosão irracional de violência ou como simples ruptura da ordem civilizatória. Neste estudo, a barbárie é entendida como processo histórico de normalização que reduz a pluralidade da experiência humana a formas administráveis de existência. Ela emerge quando os indivíduos passam a reproduzir espontaneamente as normas que os governam, reconhecendo como naturais exigências historicamente produzidas. A eficácia da dominação contemporânea reside precisamente nessa capacidade de transformar mecanismos de sujeição em práticas aparentemente livres e voluntárias (Foucault, 2014).

Genealogia, verdade e barbárie: a desnaturalização dos universais modernos

A genealogia constitui um dos mais significativos pontos de convergência entre Friedrich Nietzsche e Michel Foucault. Em ambos os autores, ela representa uma ruptura radical com as tradições filosóficas que buscaram fundamentar os valores humanos em essências universais, princípios transcendentes ou leis necessárias da história. O conceito de genealogia designa um modo específico de investigação que desloca a atenção dos fundamentos para os processos históricos de constituição dos fenômenos. Em vez de perguntar o que as coisas são em sua essência, a genealogia interroga como elas se tornaram aquilo que são. Seu objetivo não consiste em descobrir origens puras nem reencontrar fundamentos perdidos, mas reconstruir os conflitos, disputas e relações de força que possibilitaram o surgimento de determinadas formas de verdade, moralidade, subjetividade e organização social. A genealogia substitui a busca metafísica pelos fundamentos pela análise histórica da contingência, transformando a filosofia em uma prática crítica voltada para a problematização das evidências que organizam a experiência humana (Nietzsche, 2020; Foucault, 2014).

A especificidade da genealogia torna-se ainda mais evidente quando comparada às formas tradicionais de investigação histórica. Enquanto a historiografia clássica frequentemente procura continuidades, causalidades lineares e princípios explicativos universais, a genealogia concentra-se nos processos de emergência. Seu interesse não reside na descoberta de um ponto inicial puro capaz

de explicar o desenvolvimento posterior dos acontecimentos. Pelo contrário, ela procura demonstrar que aquilo que se apresenta como origem frequentemente resulta da sobreposição de acidentes, conflitos, apropriações, deslocamentos e disputas históricas. O conceito de emergência assume, portanto, importância decisiva. Ele desloca a análise da necessidade para a contingência, da unidade para a multiplicidade e da essência para os acontecimentos. A genealogia não procura reencontrar uma verdade originária obscurecida pelo tempo. Ela procura revelar que os próprios fundamentos frequentemente são construções históricas produzidas por relações de força (Foucault, 2014).

Essa perspectiva conduz a uma profunda crítica das filosofias da história que interpretam o desenvolvimento humano como realização progressiva da razão, da liberdade ou da civilização. Tanto Nietzsche quanto Foucault rejeitam a ideia de que a história possua uma direção universal ou um sentido intrínseco. A história não constitui uma marcha contínua em direção ao progresso. Ela é atravessada por descontinuidades, rupturas, inversões e conflitos. Os fenômenos históricos não emergem porque correspondem a uma necessidade racional inscrita no curso do tempo. Eles resultam de processos contingentes nos quais diferentes forças disputam a definição do mundo social. A genealogia procura precisamente restituir essa dimensão agonística da história, desmontando as narrativas que apresentam as instituições modernas como expressões naturais e inevitáveis da evolução humana. Sua função crítica consiste em demonstrar que aquilo que existe poderia ter sido diferente e que aquilo que parece necessário é frequentemente resultado de circunstâncias históricas específicas (Nietzsche, 2017; Foucault, 2014).

Nesse sentido, a genealogia pode ser compreendida como uma filosofia do acontecimento. O acontecimento não corresponde simplesmente a um fato cronológico ou a um episódio isolado da história. Ele designa a emergência de novas configurações de saber, poder e subjetividade capazes de transformar profundamente as condições de experiência de uma época. A constituição da prisão moderna, a medicalização da vida, a invenção da sexualidade como objeto científico ou o surgimento das técnicas contemporâneas de governo são exemplos de acontecimentos nesse sentido filosófico. O interesse genealógico não consiste em descrever esses fenômenos, mas em investigar as condições históricas que tornaram possível sua emergência. O acontecimento rompe a linearidade histórica e revela a contingência das formas sociais existentes. Ao privilegiar o acontecimento, a genealogia afasta-se das explicações fundadas em essências permanentes e dirige sua atenção para os processos concretos de transformação histórica (Foucault, 2014).

No pensamento de Nietzsche, a genealogia surge inicialmente como uma investigação crítica da moral. O filósofo parte da suspeita de que os valores morais dominantes não possuem a origem nobre e racional que tradicionalmente lhes foi atribuída. Seu objetivo não é negar a existência dos

valores, mas questionar as condições históricas de sua produção. A genealogia demonstra que conceitos como bem, mal, culpa, dever e justiça não derivam de princípios universais da razão nem expressam uma ordem moral transcendente. Eles resultam de conflitos históricos específicos e refletem determinadas relações de força. A moral deixa de aparecer como manifestação de uma verdade eterna e passa a ser compreendida como construção humana situada. Ao revelar a historicidade dos valores, Nietzsche desestabiliza as pretensões universalistas da tradição moral ocidental e restitui à filosofia sua função crítica de interrogação permanente (Nietzsche, 2017).

A análise genealógica conduz Nietzsche à identificação de uma profunda inversão de valores na cultura ocidental. Segundo sua interpretação, a moral afirmativa dos fortes foi progressivamente substituída por uma moral fundada no ressentimento. O conceito de ressentimento ocupa posição central nesse diagnóstico. Ele designa a incapacidade de afirmar a própria potência, convertida em sistema moral de condenação da diferença. O ressentimento não produz apenas sentimentos individuais. Ele produz valores, instituições e formas de interpretação da realidade. A genealogia revela que muitos princípios apresentados como universais nasceram de conflitos históricos específicos e expressam interesses particulares que, ao longo do tempo, adquiriram legitimidade social. A universalidade da moral aparece, assim, como resultado de processos históricos de naturalização e não como evidência racional autojustificada (Nietzsche, 2020).

Foucault retoma essa inspiração metodológica e amplia significativamente seu alcance. Enquanto Nietzsche concentra-se predominantemente na moralidade, Foucault dirige a análise genealógica para os saberes, as instituições, os discursos e os dispositivos que estruturam a experiência moderna. Seu interesse não consiste em descobrir essências ocultas nem reconstruir origens fundadoras. A genealogia foucaultiana procura identificar as condições históricas que tornaram possíveis determinadas formas de experiência. Hospitais, prisões, escolas, sistemas psiquiátricos e práticas jurídicas deixam de ser compreendidos como respostas naturais a necessidades universais. Passam a ser analisados como formações históricas contingentes produzidas por articulações específicas entre saber e poder. A genealogia converte-se, desse modo, em uma crítica sistemática das evidências que organizam a vida social moderna (Foucault, 2014).

A reflexão genealógica conduz inevitavelmente ao problema da verdade. Tanto Nietzsche quanto Foucault rejeitam a ideia de uma verdade situada acima da história e independente das condições concretas de sua produção. Isso não significa que defendam um relativismo absoluto ou a impossibilidade do conhecimento. O alvo de sua crítica é a pretensão de determinadas formas de saber de apresentarem-se como universais, neutras e definitivas. A verdade não aparece como descoberta de uma essência eterna do real. Ela emerge de processos históricos, institucionais e

discursivos que definem aquilo que pode ser reconhecido como verdadeiro em determinado contexto. O conhecimento deixa de ser concebido como simples representação objetiva do mundo e passa a ser analisado como prática historicamente situada, inseparável das relações de força que atravessam a sociedade (Nietzsche, 2020; Foucault, 2010).

Nesse ponto, torna-se importante reconhecer uma diferença decisiva entre os dois pensadores. Em Nietzsche, a crítica da verdade está associada ao perspectivismo. Toda interpretação emerge de uma determinada perspectiva vinculada à dinâmica da vida e da vontade de potência. Não existe um ponto de vista absoluto capaz de apreender a totalidade do real. Em Foucault, por sua vez, a análise desloca-se para os regimes históricos de verdade. Seu interesse concentra-se menos nas perspectivas individuais e mais nos dispositivos institucionais que legitimam determinados discursos como verdadeiros. Embora distintos, esses enfoques convergem na rejeição da ideia de um fundamento universal capaz de garantir definitivamente a verdade. Ambos demonstram que aquilo que se apresenta como verdade universal é resultado de processos históricos específicos e, portanto, permanece aberto à crítica (Nietzsche, 2018; Foucault, 2010).

Em ambos os autores, a genealogia constitui igualmente uma crítica radical da metafísica ocidental. Desde Platão, grande parte da tradição filosófica organizou-se em torno da busca de fundamentos estáveis capazes de garantir a verdade, a identidade e a ordem do mundo. Nietzsche e Foucault invertem essa lógica. Em vez de procurar aquilo que permanece, investigam aquilo que se transforma. Em vez de buscar essências, analisam relações. Em vez de partir de fundamentos universais, interrogam processos históricos de constituição. A genealogia pode ser compreendida, nesse sentido, como uma filosofia da contingência. Sua tarefa consiste em demonstrar que as estruturas consideradas naturais ou necessárias são resultados provisórios de processos históricos sempre abertos à transformação (Nietzsche, 2020; Foucault, 2014).

A crítica genealógica alcança sua máxima intensidade quando se dirige aos universais modernos. Conceitos como razão universal, natureza humana, progresso, desenvolvimento, normalidade, civilização e eficiência foram frequentemente apresentados como categorias neutras e válidas para toda a humanidade. Entretanto, a genealogia revela que tais conceitos possuem história. Eles emergem em contextos específicos, respondem a determinadas necessidades políticas e cumprem funções concretas nas relações de poder. Sua universalidade não decorre de uma validade transcendental, mas de processos históricos de legitimação. A genealogia não substitui um universal por outro. Sua tarefa consiste em desnaturalizar aquilo que se apresenta como necessário e evidenciar a contingência dos critérios que organizam a experiência social (Foucault, 2010).

A hipótese defendida neste artigo consiste em afirmar que a principal contribuição da genealogia para a compreensão da contemporaneidade não reside na negação da verdade, mas na historicização de seus regimes de produção. A questão central deixa de ser se a verdade existe e passa a ser como determinadas verdades tornam-se socialmente legítimas. Essa mudança de perspectiva permite compreender que os conflitos políticos modernos não envolvem apenas disputas pelo controle das instituições, mas também disputas pelos critérios que definem aquilo que pode ser reconhecido como verdadeiro. A genealogia desloca o problema filosófico da verdade para a análise das condições históricas de sua produção, circulação e legitimação social (Foucault, 2010; Nietzsche, 2020).

Essa reflexão possui consequências decisivas para a compreensão da barbárie contemporânea. Grande parte das formas atuais de dominação opera precisamente através da naturalização de categorias históricas. Quando determinadas racionalidades econômicas, padrões culturais ou formas de organização política são apresentadas como inevitáveis, reduz-se a capacidade coletiva de imaginar alternativas. A barbárie não se manifesta apenas na violência explícita, na exclusão ou na repressão direta. Ela emerge também quando estruturas históricas de poder conseguem apresentar-se como expressões naturais da realidade. A genealogia desempenha, nesse contexto, uma função crítica fundamental. Ao revelar a historicidade das instituições, dos discursos e dos valores, ela rompe a aparência de necessidade que sustenta as formas contemporâneas de dominação e restitui à filosofia sua capacidade de questionar aquilo que parece evidente (Nietzsche, 2020; Foucault, 2014).

A atualidade dessa crítica torna-se particularmente visível diante da expansão dos discursos tecnocráticos e gerencialistas que caracterizam as sociedades contemporâneas. Termos como produtividade, desempenho, eficiência, inovação, competitividade e excelência são frequentemente apresentados como critérios neutros de organização social. Entretanto, uma investigação genealógica demonstra que essas categorias não são universais nem historicamente inevitáveis. Elas expressam formas específicas de racionalidade política e econômica associadas a determinados modos de governo. O que frequentemente aparece como exigência técnica constitui, na realidade, resultado de escolhas históricas e disputas sociais concretas. A genealogia permite compreender que nenhuma racionalidade dominante está acima da crítica e que toda forma de organização social permanece aberta à contestação (Dardot; Laval, 2016; Foucault, 2008).

Todavia, a genealogia não conduz ao niilismo epistemológico nem à impossibilidade da crítica. Pelo contrário. Ao demonstrar a historicidade dos discursos e dos valores, ela cria condições para uma crítica mais rigorosa das formas de dominação. A ausência de fundamentos absolutos não elimina a responsabilidade filosófica; ela a intensifica. Se não existem verdades garantidas por instâncias

transcendentes, torna-se ainda mais necessário investigar os processos pelos quais determinadas verdades são produzidas e legitimadas. A genealogia não destrói a crítica. Ela redefine seu campo de atuação. A filosofia deixa de buscar fundamentos eternos e assume a tarefa de problematizar as evidências que organizam a experiência humana (Foucault, 2014; Nietzsche, 2020).

Sob essa perspectiva, a genealogia emerge como uma das mais importantes formas contemporâneas de resistência intelectual. Sua força crítica não deriva da apresentação de novos fundamentos universais, mas da capacidade de desnaturalizar aquilo que se apresenta como evidente. Ao revelar a historicidade dos valores, das verdades e das instituições, a genealogia impede que as formas existentes de poder sejam confundidas com expressões necessárias da realidade. Sua relevância filosófica reside precisamente nessa abertura permanente da experiência ao questionamento. Em uma época marcada pela proliferação de discursos que reivindicam validade absoluta, a genealogia recorda que toda verdade possui história, toda identidade possui condições de emergência e toda ordem social permanece atravessada pela possibilidade de transformação.

Se a genealogia permite compreender como verdades, valores e instituições são historicamente produzidos, torna-se necessário investigar de que modo esses processos participam da constituição dos próprios sujeitos. A questão deixa de ser apenas como determinadas verdades emergem, para tornar-se também como elas moldam formas de experiência, identidade e conduta. É nesse ponto que a reflexão de Nietzsche e Foucault converge para o problema da subjetividade. Ambos demonstram que os indivíduos não existem fora das relações históricas que os constituem. A produção da subjetividade aparece, então, como um campo privilegiado de exercício do poder, de interiorização dos valores e de disputa pelos sentidos da existência. A próxima seção examinará como os sujeitos são produzidos, governados e conduzidos nas sociedades modernas e contemporâneas, evidenciando as relações entre subjetivação, poder e barbárie.

A Barbárie como captura da interioridade: vida, subjetivação e autogoverno

A questão decisiva da modernidade não consiste apenas em compreender como os indivíduos são governados, mas em investigar como aprendem a governar a si mesmos. Essa transformação representa uma das mudanças mais profundas da história do poder. Durante séculos, a dominação foi associada à coerção visível, à autoridade soberana e à imposição direta de normas. Entretanto, as sociedades modernas desenvolveram formas muito mais sofisticadas de governo. O poder torna-se mais eficaz à medida que deixa de atuar apenas sobre os corpos e passa a organizar a própria relação que os indivíduos estabelecem consigo mesmos. Surge, então, uma modalidade de barbárie

que não se manifesta prioritariamente pela violência explícita, mas pela captura da interioridade. O problema fundamental deixa de ser a obediência imposta e torna-se a adesão espontânea. A pergunta já não é apenas quem governa, mas como os sujeitos aprendem a desejar aquilo que os governa (Foucault, 2008; Nietzsche, 2020).

Nietzsche e Foucault ocupam posição singular na filosofia contemporânea porque deslocam a análise do poder para o interior dos processos de constituição do sujeito. Ambos rejeitam a ideia de uma subjetividade originária, autônoma e transparente a si mesma. O sujeito não representa um ponto de partida. Constitui um resultado. Aquilo que os indivíduos experimentam como identidade pessoal emerge de processos históricos de produção da subjetividade. O eu deixa de ser fundamento e torna-se problema filosófico. A questão central passa a ser compreender como determinadas formas de vida produzem determinadas formas de sujeito. Em ambos os autores, a subjetividade não designa uma essência. Ela constitui um acontecimento histórico permanentemente atravessado por relações de força, disputas de sentido e mecanismos de governo (Nietzsche, 2018; Foucault, 2014).

O conceito de vida assume importância decisiva nesse diagnóstico. Contudo, nem Nietzsche nem Foucault compreendem a vida como simples realidade biológica. Em Nietzsche, a vida designa uma multiplicidade de forças em constante expansão, interpretação e produção de si. Ela não possui finalidade externa nem fundamento transcendente. Sua característica fundamental é a potência de diferenciação. A vida afirma-se produzindo novas formas, novos sentidos e novas possibilidades de existência. Em Foucault, embora ausente qualquer ontologia da vontade de potência, a vida também aparece como campo de experimentação histórica. Ela constitui o espaço onde se exercem as práticas de governo, mas igualmente onde emergem as possibilidades de resistência. Em ambos os casos, a vida não é objeto passivo das estruturas sociais. Ela permanece como força que excede continuamente os dispositivos destinados a organizá-la (Nietzsche, 2020; Foucault, 2004).

É precisamente por essa razão que a captura da interioridade torna-se uma questão central para a modernidade. Governar os indivíduos significa, em última instância, governar a própria vida. Não apenas seus comportamentos externos, mas seus desejos, afetos, expectativas e formas de interpretação do mundo. A barbárie moderna distingue-se das formas tradicionais de violência porque não busca simplesmente reprimir a vida. Ela procura administrá-la. Seu objetivo não é destruir a subjetividade. É produzi-la segundo critérios específicos de normalidade, utilidade e previsibilidade. Quanto mais profundamente a vida é integrada às racionalidades de governo, mais difícil se torna perceber a própria dominação (Foucault, 2008).

Nietzsche identifica a origem desse processo na longa história da interiorização moral que caracteriza a civilização ocidental. A tradição filosófica frequentemente apresentou a consciência como expressão da liberdade humana. Nietzsche propõe uma interpretação inversa. A consciência possui uma história. Ela surge quando os impulsos que anteriormente encontravam expressão no exterior passam a voltar-se contra o próprio indivíduo. A força transforma-se em culpa. O desejo converte-se em vigilância. A potência converte-se em autocontrole. O conceito de ideal ascético designa precisamente esse movimento pelo qual a vida aprende a desconfiar de si mesma. A interioridade moderna nasce da transformação dos impulsos em mecanismos permanentes de autogoverno. O indivíduo torna-se simultaneamente prisioneiro e vigilante de si próprio (Nietzsche, 2017).

A grande originalidade da crítica nietzschiana consiste em demonstrar que a barbárie não começa quando a vida é destruída, mas quando ela é separada de sua potência criadora. Uma existência integralmente regulada continua sendo vida. Entretanto, trata-se de uma vida enfraquecida, incapaz de produzir novos valores e novas formas de experiência. A domesticação dos impulsos não elimina a força vital. Ela a redireciona. A vida passa a consumir a si mesma em processos contínuos de avaliação, culpa e autocontrole. Surge uma subjetividade cuja principal atividade consiste em administrar permanentemente a própria existência. A barbárie manifesta-se, assim, como empobrecimento da experiência e da potência criadora da vida (Nietzsche, 2018).

Foucault desloca essa análise para os mecanismos institucionais que produzem sujeitos governáveis. Seu conceito de subjetivação designa os processos históricos pelos quais os indivíduos são constituídos como sujeitos de determinadas práticas, saberes e relações de poder. O sujeito moderno não existe antes das instituições. Ele emerge através delas. Escolas, hospitais, prisões, discursos científicos e tecnologias administrativas não apenas regulam comportamentos. Produzem formas específicas de experiência de si. A subjetividade torna-se um dos principais efeitos das relações entre saber e poder. O indivíduo aprende a reconhecer-se segundo categorias historicamente produzidas. Aprende a narrar a si mesmo a partir de discursos que não criou. Aprende a interpretar sua própria vida segundo racionalidades que lhe são apresentadas como naturais (Foucault, 2014).

É nesse ponto que a captura da interioridade alcança sua forma mais sofisticada. O poder deixa de depender da vigilância constante de uma autoridade externa. Os próprios sujeitos assumem a tarefa de monitorar seus comportamentos. O autogoverno torna-se uma tecnologia política. Governar já não significa apenas impor condutas. Significa produzir indivíduos capazes de conduzir a si mesmos segundo objetivos socialmente desejáveis. A barbárie contemporânea manifesta-se quando a liberdade passa a funcionar como instrumento de governo. Os indivíduos acreditam agir

autonomamente, enquanto reproduzem racionalidades que organizam seus desejos, expectativas e escolhas (Foucault, 2008).

As tecnologias digitais intensificam significativamente essa dinâmica. Plataformas digitais, algoritmos e sistemas permanentes de monitoramento transformam a subjetividade em objeto de observação contínua. Entretanto, sua eficácia não depende da coerção. Depende da participação ativa dos próprios indivíduos. Os sujeitos produzem voluntariamente informações sobre si, expõem sua intimidade e ajustam seus comportamentos às expectativas dos sistemas que os observam. A captura da interioridade atinge um novo estágio. A vida torna-se simultaneamente objeto de gestão, recurso econômico e matéria-prima para a produção de novas formas de governo. O sujeito transforma-se em empresário de si mesmo, administrador de sua identidade e gestor permanente de sua própria existência (Han, 2018; Foucault, 2008).

A barbárie contemporânea encontra precisamente aqui uma de suas expressões mais profundas. Sua violência não reside prioritariamente na proibição, mas na produção de formas de vida incapazes de escapar às racionalidades que as organizam. A interioridade converte-se em território administrado. Desejos são orientados. Afetos são modelados. Sonhos são programados. A existência é continuamente traduzida em desempenho, eficiência e adaptação. A vida não desaparece. Ela é capturada. A subjetividade não é destruída. Ela é organizada segundo critérios que reduzem sua capacidade de autossuperação. A barbárie manifesta-se como colonização da experiência interior. Sua força consiste precisamente em tornar a dominação compatível com a sensação de liberdade (Nietzsche, 2020; Foucault, 2008).

Todavia, tanto Nietzsche quanto Foucault recusam qualquer interpretação fatalista desse processo. A vida jamais coincide integralmente com as formas que procuram governá-la. Existe sempre um excedente. Uma potência de diferenciação. Uma capacidade de criação que escapa aos mecanismos de captura. Em Nietzsche, essa possibilidade aparece na autossuperação e na criação de novos valores. Em Foucault, manifesta-se nas práticas de liberdade e na problematização das formas históricas de subjetivação. A resistência torna-se possível porque a vida nunca é completamente absorvida pelos dispositivos que procuram administrá-la. É precisamente nessa tensão entre captura e criação, governo e liberdade, sujeição e invenção, que se decide o destino da subjetividade moderna (Nietzsche, 2020; Foucault, 2004).

Se a barbárie contemporânea encontra uma de suas expressões mais sofisticadas na captura da interioridade e na administração da própria vida, a questão filosófica decisiva passa a ser compreender de que modo a liberdade ainda pode ser pensada. A reflexão desloca-se, então, dos

processos de subjetivação para as possibilidades de resistência. Em Nietzsche, essa passagem ocorre mediante a transvaloração dos valores e a afirmação criadora da vida. Em Foucault, manifesta-se nas práticas de liberdade e na elaboração ética de si. O problema já não consiste apenas em compreender como somos governados, mas em investigar como podemos transformar as formas de vida que nos governam. É essa articulação entre resistência, criação e liberdade que será examinada na próxima seção.

Resistência, criação e ética da liberdade: contra o empobrecimento da experiência

Se as análises desenvolvidas até aqui revelaram que a modernidade produziu formas cada vez mais refinadas de sujeição, normalização e captura da subjetividade, a questão decisiva deixa de ser a descrição dos mecanismos de poder e passa a ser a possibilidade de sua superação. Contudo, essa superação não pode ser compreendida apenas em termos políticos ou institucionais. O problema é mais profundo. Nietzsche e Foucault demonstram que as formas contemporâneas de dominação atingem a própria experiência da existência. A barbárie moderna não se manifesta apenas através da violência visível. Ela emerge sobretudo quando a vida perde sua capacidade de criar sentidos, afirmar diferenças e produzir novos modos de habitar o mundo. O que está em jogo não é simplesmente a liberdade política dos indivíduos, mas a própria riqueza da experiência humana. A resistência torna-se necessária porque a modernidade tende continuamente a reduzir a pluralidade da vida a formas previsíveis, administráveis e normalizadas de existência (Nietzsche, 2020; Foucault, 2004).

O conceito de experiência assume, nesse contexto, um significado filosófico central. Experienciar não significa apenas viver acontecimentos. Significa ser capaz de atribuir sentidos, produzir interpretações e transformar a própria existência. A experiência constitui o espaço onde a vida encontra possibilidades de diferenciação e transfiguração. Quando os indivíduos passam a reproduzir automaticamente valores, comportamentos e formas de subjetividade previamente estabelecidas, a experiência empobrece. A existência continua biologicamente ativa, mas torna-se existencialmente reduzida. A barbárie contemporânea encontra precisamente nesse processo uma de suas expressões mais profundas. Ela não elimina a vida. Ela restringe suas possibilidades de experimentação (Nietzsche, 2018; Foucault, 2014).

Em Nietzsche, a crítica do niilismo conduz diretamente a esse problema. O niilismo não representa apenas a perda dos antigos valores. Ele designa a incapacidade de criar novos sentidos para a existência. Quando a vida deixa de produzir interpretações afirmativas de si mesma, instala-se uma

condição de empobrecimento espiritual. Os indivíduos passam a habitar um mundo organizado por valores herdados, mas incapazes de inspirar criação. A existência torna-se repetição. O pensamento converte-se em adaptação. A cultura transforma-se em administração da conformidade. O niilismo não destrói apenas crenças. Ele enfraquece a capacidade humana de experimentar o mundo como campo de possibilidades. Sua consequência mais profunda é a estreitamento da experiência da vida à mera conservação de si mesma (Nietzsche, 2017).

É precisamente contra essa condição que emerge o conceito de transvaloração dos valores. A transvaloração não consiste na substituição de uma moral por outra. Seu objetivo é restituir à vida sua potência criadora. Nietzsche compreende que nenhuma transformação política possui sentido duradouro se não for acompanhada pela transformação dos critérios a partir dos quais os indivíduos interpretam a realidade. A resistência começa quando os valores dominantes deixam de ser percebidos como inevitáveis. A liberdade surge quando a existência recupera sua capacidade de criar novas formas de avaliação. O ato de criar valores representa, nesse sentido, uma recusa do empobrecimento da experiência. Criar significa impedir que a vida seja reduzida à repetição do já dado (Nietzsche, 2020).

Essa perspectiva conduz Nietzsche a uma concepção singular da ética. O problema ético fundamental não consiste em determinar normas universais de conduta. Consiste em investigar quais formas de vida ampliam a potência da existência. A ética torna-se inseparável da criação. Surge uma estética da existência na qual viver significa produzir uma forma singular de relação consigo mesmo e com o mundo. A liberdade deixa de ser compreendida como simples autonomia racional. Ela aparece como capacidade de transformar a própria vida em obra aberta, sempre inacabada e permanentemente exposta à experimentação. O sujeito ético não busca adequação. Busca intensificação da vida (Nietzsche, 2018).

O conceito de além-do-homem adquire significado particular nesse horizonte. Longe de representar um ideal antropológico fixo, ele simboliza a superação de toda identidade encerrada em si mesma. O além-do-homem expressa a possibilidade de ultrapassar formas históricas de subjetividade que se apresentam como definitivas. Sua figura filosófica afirma que a existência humana permanece aberta ao devir. O homem não é uma essência. É uma travessia. A liberdade manifesta-se precisamente nessa capacidade de tornar-se outro. A resistência deixa de ser mera negação da ordem existente e converte-se em criação de novas possibilidades de vida (Nietzsche, 2017).

Foucault desloca essa problemática para o campo das práticas de liberdade. Diferentemente das concepções clássicas, ele não identifica a liberdade com a ausência de poder. Toda experiência

humana permanece atravessada por relações de poder. Entretanto, exatamente porque o poder não constitui uma estrutura absoluta, nenhuma forma de governo consegue eliminar completamente as possibilidades de transformação. A resistência emerge no interior das próprias relações que procuram conduzir a conduta dos indivíduos. Sua força reside na capacidade de problematizar aquilo que se apresenta como natural, inevitável ou verdadeiro. A liberdade não aparece como estado originário. Ela constitui uma prática crítica permanente (Foucault, 2004).

É nesse contexto que o conceito de cuidado de si adquire centralidade. O cuidado de si representa uma tecnologia ética voltada para a transformação da relação que o sujeito estabelece consigo mesmo. Sua importância não reside na busca de autenticidade nem na valorização do individualismo. Seu objetivo consiste em impedir que a subjetividade seja inteiramente capturada pelas racionalidades dominantes. O indivíduo passa a interrogar os processos pelos quais foi constituído. Aprende a problematizar seus hábitos, desejos e modos de pensamento. A existência converte-se em trabalho ético sobre si. O cuidado de si constitui uma prática de resistência porque restitui à experiência humana sua dimensão criadora (Foucault, 2004).

Apesar das convergências, é necessário reconhecer uma diferença filosófica importante entre os autores. Nietzsche permanece vinculado a uma ontologia da vida. Sua crítica parte da afirmação da potência vital como princípio interpretativo fundamental. Foucault, por sua vez, evita qualquer fundamento ontológico universal. Seu interesse concentra-se na historicidade das práticas, dos discursos e das formas de subjetivação. Em Nietzsche, a resistência emerge da afirmação da vida contra aquilo que a enfraquece. Em Foucault, ela surge da contingência das relações de poder e da possibilidade permanente de transformá-las. Essa divergência não reduz a proximidade entre ambos. Pelo contrário. Revela a riqueza de um diálogo filosófico que articula ontologia, história e crítica social sem dissolver as singularidades de cada pensamento (Nietzsche, 2020; Foucault, 2014).

A convergência fundamental entre Nietzsche e Foucault encontra-se na recusa das formas de existência que reduzem a pluralidade da vida. Ambos compreendem que a barbárie contemporânea não se caracteriza apenas pela violência física ou pela exclusão social. Sua expressão mais profunda manifesta-se no empobrecimento da experiência. A barbárie emerge quando a criatividade é substituída pela adaptação, quando a diferença torna-se inadequação e quando a vida passa a ser administrada segundo critérios externos de eficiência, desempenho e normalização. Ela não elimina a liberdade. Ela a organiza. Não elimina a liberdade. Ela a governa. Não impede a criação. Ela a converte em funcionalidade. Sua força reside precisamente na capacidade de transformar conformidade em virtude e adaptação em ideal de existência (Foucault, 2008; Nietzsche, 2020).

Diante desse cenário, a resistência assume um significado que ultrapassa a esfera política. Ela torna-se afirmação da própria possibilidade da experiência. Resistir significa preservar a abertura da vida contra todas as formas de fechamento. Significa impedir que o presente seja confundido com destino. Significa afirmar que nenhuma ordem histórica possui a última palavra sobre aquilo que os seres humanos podem ser. A liberdade emerge exatamente nessa capacidade de criar novos sentidos, novas interpretações e novas formas de vida. Sua força não reside na fuga do mundo, mas na transformação incessante das condições sob as quais a existência é vivida.

Sob essa perspectiva, a filosofia recupera sua vocação mais profunda. Ela deixa de ser mera contemplação da realidade e torna-se prática de transfiguração da existência. Sua tarefa não consiste em oferecer fundamentos absolutos nem respostas definitivas. Consiste em abrir fissuras nas evidências que organizam a experiência histórica. Filosofar significa interromper a familiaridade com o presente. Significa revelar a contingência daquilo que parece necessário. Significa criar condições para que a vida volte a experimentar sua própria potência. Em Nietzsche e Foucault, pensar é resistir. E resistir é impedir que a experiência humana seja reduzida às formas de existência que procuram governá-la.

Conclusão

O empobrecimento da experiência constitui a forma contemporânea da barbárie. Assim, aproximação entre Nietzsche e Foucault permite compreender que a barbárie contemporânea não pode ser reduzida a fenômenos excepcionais nem a episódios isolados de violência. Sua presença manifesta-se no interior dos próprios processos que organizam a vida moderna. Ela emerge nas racionalidades que naturalizam a desigualdade, legitimam formas de exclusão, produzem subjetividades adaptadas e transformam relações históricas de poder em evidências aparentemente incontestáveis. A barbárie não representa o fracasso da civilização. Ela constitui uma de suas possibilidades internas. Surge quando os dispositivos destinados a organizar a vida convertem-se em mecanismos de redução da pluralidade humana (Nietzsche, 2020; Foucault, 2014).

A genealogia revelou que os valores, as verdades e as instituições que estruturam a modernidade não possuem fundamento transcendental. São resultados contingentes de disputas históricas. A crítica da subjetividade demonstrou que o sujeito não constitui origem do poder, mas um de seus principais efeitos. A análise da resistência evidenciou que nenhuma forma de dominação consegue eliminar completamente a capacidade humana de transformação. Essas três dimensões articulam-se

em um mesmo movimento filosófico: a recusa de aceitar como necessário aquilo que a história produziu como contingente.

O diálogo entre Nietzsche e Foucault permite identificar uma das ilusões centrais da modernidade: a crença de que a racionalidade conduz inevitavelmente à emancipação. Ambos demonstram que as formas de racionalização podem produzir mecanismos cada vez mais sofisticados de sujeição. A razão não é necessariamente libertadora. A verdade não é necessariamente emancipatória. A moral não é necessariamente ética. O progresso não é necessariamente humano. Quando deixam de ser objeto de crítica, esses elementos podem converter-se em instrumentos de normalização, domesticação e governo da vida.

Entretanto, a originalidade de ambos os filósofos não reside apenas na radicalidade de suas críticas. Sua importância encontra-se sobretudo na abertura de um horizonte afirmativo. A liberdade deixa de ser concebida como essência universal ou estado final da história. Ela emerge como prática permanente de problematização de si, dos valores e das formas de vida. Não existe liberdade sem crítica. Não existe criação sem ruptura. Não existe transformação sem resistência. A existência humana permanece aberta porque nenhuma forma histórica consegue esgotar integralmente suas possibilidades.

Talvez essa seja a principal lição filosófica de Nietzsche e Foucault para o presente. O problema decisivo não consiste em descobrir quem somos, mas em interrogar aquilo que estamos nos tornando. Em uma época marcada pela expansão dos dispositivos de controle, pela gestão crescente da vida e pela intensificação dos processos de normalização, a tarefa crítica da filosofia torna-se ainda mais urgente. Pensar significa desafiar as evidências do presente. Significa romper a familiaridade com aquilo que parece inevitável. Significa preservar a capacidade de imaginar outras formas de existência.

Talvez o problema mais urgente de nosso tempo não seja a ausência de liberdade, mas a dificuldade crescente de reconhecer as formas pelas quais ela é administrada. Não vivemos apenas sob regimes de poder. Vivemos sob regimes de verdade, de visibilidade e de subjetivação que delimitam aquilo que pode ser pensado, desejado e experimentado. É precisamente nesse ponto que a filosofia conserva sua atualidade. Não porque ofereça fundamentos seguros ou respostas definitivas, mas porque desestabiliza as evidências sobre as quais repousa o presente.

Nietzsche e Foucault mostram que nenhuma forma histórica de vida possui caráter definitivo e que toda verdade permanece atravessada pela contingência, pela luta e pela possibilidade de transformação. Diante do empobrecimento da experiência que caracteriza a contemporaneidade,

permanece em aberto uma questão decisiva: que formas de vida ainda somos capazes de criar quando os próprios modos de sentir, desejar e existir se tornam objetos de administração? A filosofia não encerra essa pergunta. Sua tarefa consiste em mantê-la viva, impedindo que o presente se converta em destino e que a experiência humana seja reduzida aos limites daquilo que já existe.

Referências

DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a Filosofia**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, a Genealogia e a História**. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2018.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a Filosofia e a Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim Falou Zaratustra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do Bem e do Mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Autor:

Marco Aurélio da Silva

Doutor em Extensão Rural -UFSM; Mestre em Ciências Sociais - UFSM; Mestre em Educação - UNISC. Tem desenvolvido pesquisas sobre economia solidária, cooperativismo escolar, gestão educacional.

E-mail: marcoaurelio22000@gmail.com

ORCID: https://orcid.org/0009-0006-7358-5814

Lattes: http://lattes.cnpq.br/6665383866556823